

O Mobral em São João do Jaguaribe/Ceará (1972-1979)

Mobral em São João do Jaguaribe/Ceará (1972-1979)

João Paulo Guerreiro de Almeida

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE

Limoeiro do Norte - Brasil

Sandra Maria Gadelha de Carvalho

Universidade Estadual do Ceará - UECE

Limoeiro do Norte - Brasil

Resumo

Este artigo analisa a atuação do MOBREAL em São João do Jaguaribe, entre 1972 e 1979, observando os limites e as possibilidades de autonomia na prática pedagógica, bem como as repercussões da escolarização nas vidas dos educandos. Para isso, articulamos as categorias memória e educação de adultos, bem como entrevistamos ex-professoras, ex-alunos e ex-técnicas do MOBREAL. Os resultados denotam as problemáticas na execução do Programa: educadoras voluntárias sem formação para a docência, realidades díspares entre a zona rural e urbana, desafios no processo de aprendizagem, infraestrutura precarizada das salas de aula e autonomia docente relativa na prática pedagógica. Sobre os discentes, identificamos relatos de preconceito contra o analfabeto e a evasão escolar. Todavia, para estes, o MOBREAL representou o acesso à escolarização e uma certa inserção social a partir das atividades culturais.

Palavras-chave: Mobral; Memória; Educação de Jovens e Adultos.

Resumen

Este artículo analiza el desempeño del programa gubernamental brasileño Mobral en São João del Jaguaribe, entre 1972 y 1979, observando los límites y las posibilidades de autonomía en la práctica pedagógica, así como las repercusiones de la escolarización en la vida de los estudiantes. Para ello articulamos las categorías analíticas memoria y educación de adultos, así como entrevistamos ex profesores, ex alumnos y ex técnicos del Programa. Los resultados alcanzados dan cuenta de varios problemas en su ejecución: educadores voluntarios sin formación para la docencia, realidades dispares entre el medio rural y urbano, desafíos en el proceso de aprendizaje, precaria infraestructura en las aulas y relativa autonomía docente de la enseñanza en la práctica pedagógica. En cuanto a los estudiantes, identificamos informes de prejuicios contra los analfabetos y la deserción escolar. Sin embargo, para estos, MOBREAL representó el acceso a la escolarización y una cierta inserción social basada en las actividades culturales.

Palabras clave: Mobral; Memoria; Educación de jóvenes y adultos.

O Mobral em São João do Jaguaribe/Ceará (1972-1979)

Considerações Iniciais

O estudo em tela é oriundo de uma dissertação de mestrado em educação e analisa o Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL, Programa criado pelo governo da Ditadura Empresarial Militar, em 1967, através da lei 5.379/67, com o objetivo principal de erradicar o analfabetismo da população adulta no período de dez anos. Para isto, o referido Programa desenvolveu subprojetos de alfabetização funcional, de educação integrada e de educação cultural.

Como recorte espaço-temporal, nesta pesquisa aprofundou-se a discussão sobre como o Programa foi desenvolvido no município de São João do Jaguaribe, - Ceará, na década de 1970, com vistas a identificar ações e práticas pedagógicas das professoras, com foco na memória de docentes e de ex-alunos e alunas. Assim, três indagações foram essenciais no direcionamento do estudo: Como foram desenvolvidas as atividades do Mobral no município de São João do Jaguaribe, tendo como foco o início e o final da década de 1970? As professoras tinham possibilidade de autonomia na prática pedagógica dos Programas de Alfabetização Funcional - PAF e Educação Integrada - PEI? Quais as repercussões nas vidas de educandos e educandas do Mobral?

Dessa forma, a pesquisa teve como objetivo analisar a atuação do Mobral no referido município, no período compreendido entre 1972 e 1979, observando os limites enfrentados e as possibilidades de autonomia na prática pedagógica, bem como as repercussões da escolarização nas vidas dos alunos.

O estudo foi motivado pela participação dos autores no Núcleo de Referência em Educação de Jovens e Adultos do Ceará: História e Memória - NEJAHM, da Universidade Federal do Ceará, o qual vem mapeando fontes históricas acerca da Educação de Jovens e Adultos no Ceará, dos anos de 1960 aos dias atuais. Embora haja diversificação de investigações envolvendo a Educação de Jovens e Adultos, a recuperação de experiências históricas podem revelar aspectos até então inusitados e proporcionar o desvelamento de metodologias e desafios enfrentados, tornando-se imprescindível ao conhecimento da própria história da educação brasileira e seus desdobramentos em âmbito local. Outrossim, a pesquisa reveste-se de importância, ao permitir balizar análises de ações, cenários e projetos atuais no que concerne a confluências e divergências identificadas.

Metodologia

Esta pesquisa foi desenvolvida no município de São João do Jaguaribeⁱ – Ceará, nas comunidades Sítio Nazária e Sítio Garço e enfocou a década de 1970. Desenvolvemos um estudo de natureza qualitativa, do tipo descritiva e explicativa.

Em nosso referencial teórico, abordamos a História da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, focando o período do Regime Empresarial Militar, à luz de autores e autoras considerados basilaresⁱⁱ, como Haddad e Di Pierro (2000), Di Pierro, Joia e Ribeiro (2001), Paiva (2005) e Silva (2021; 2013). Para a discussão acerca do Mobral no Ceará, reunimos os escritos de Gomes (2012), Almeida (2017) e Almeida e Carvalho (2020). Acrescentamos ao desenvolvimento da pesquisa a análise de fontes documentais, a exemplo de Brasil (1976), a fim de apresentar as concepções dos órgãos do Estado acerca da Educação de Adultos, especialmente no Mobral.

A categoria da memória, fundamental a essa investigação, é aqui compreendida de acordo com Le Goff (2003, p. 4) como “[...] a propriedade de conservar certas informações, propriedade que se refere a um conjunto de funções psíquicas que permite ao indivíduo atualizar impressões ou informações passadas, ou reinterpretadas como passadas”. A partir das memórias individual ou social dos sujeitos, foram problematizadas as experiências que estes vivenciaram no Mobral, as identidades construídas, o diálogo com o contexto da época e a própria dimensão política do Programa. Assim, interconectamos, neste trabalho, os campos da educação e da memória.

Para a obtenção de fontes referentes à atuação do Mobral em São João do Jaguaribe, buscamos entre os nossos informantesⁱⁱⁱ sujeitos que participaram das atividades do Mobral. Dado a idade avançada dos que vivenciaram essa experiência educativa, ainda foi possível identificar e entrevistar três ex-professoras e quatro ex-alunos e alunas. No que concerne à gestão do Programa, encontramos residindo em Fortaleza, Capital do estado, as gestoras da Comissão Municipal - COMUN de São João do Jaguaribe e da Coordenação Estadual – COEST, que também foram ouvidas. Por fim, entrevistamos a ex-supervisora de área da região do Vale do Jaguaribe, uma ex-funcionária encarregada pela mobilização das ações do Programa no município e uma auxiliar técnica da Coest. Algumas entre essas onze pessoas entrevistadas nos forneceram, gentilmente, seus acervos imagéticos acerca do Mobral, doravante reunidos e catalogados, bem como apresentados neste estudo.

O Mobral em São João do Jaguaribe/Ceará (1972-1979)

Como técnica de pesquisa, utilizamos a entrevista semiestruturada, que consistiu em um roteiro de entrevista pré-elaborado sobre a temática investigada, todavia dando liberdade para inserir outros questionamentos, caso fosse necessário (MARCONI; LAKATOS, 2001). Como instrumento para a coleta de material e registro, utilizamos um gravador digital e um diário de campo. Os sujeitos participantes da pesquisa assinaram um termo de livre esclarecimento^{iv} autorizando a publicação de suas falas, identidades e imagens fornecidas.

Para efeito da análise e exposição dos resultados da pesquisa, o artigo aborda na primeira seção o contexto de implementação do Mobral, seguindo-se sua instituição em São João do Jaguaribe. No quesito terceiro as falas das professoras acerca de sua prática pedagógica para em seguida se focar as atividades extra-salas e, por fim, na quinta seção, se deter nas trajetórias escolares das e dos educandos(as).

Das Campanhas de Educação de Adultos à fundação do Mobral

Historicamente, desde as primeiras décadas do século XX, no contexto da industrialização e urbanização no Brasil, a União fomentou experiências e posteriormente Campanhas de Alfabetização em massa, quer para atender a expansão do mercado quando este requeria trabalhadores com alguma instrução, quer por motivos políticos, ligados às eleições presidenciais, para as quais era proibido o voto daqueles em situação de analfabetismo. Desde então, e por todo o século passado, a presença do Governo Federal marca a oferta da Educação de Adultos (PAIVA, 2005).

Todavia estas ações ou Programas, não raro, foram marcados pela curta duração e descontinuidade, caracterizando uma intervenção contraditória, marcada pela oferta e, ao mesmo tempo, pela não consolidação de uma política pública articulada à continuidade da escolarização, como apontam Almeida e Carvalho (2020). Tais iniciativas sofreram forte influência dos contextos sociais, políticos e econômicos, no que concerne aos objetivos e à metodologia desenvolvida.

Ao observar o percurso da então designada Educação de Adultos (EA) - pois ainda não abrangia os jovens- no contexto das décadas de 1940 e 1950, no período do Estado Novo, percebeu-se a organização de Campanhas de alfabetização em larga escala, sobretudo nas Regiões Norte e Nordeste, que concentravam grande parte dos índices de analfabetismo existentes. Marcaram esta etapa: Em 1947, a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA); de 1958 a 1961, a Campanha Nacional do Analfabetismo

(CNEA); e no período compreendido entre 1952 e 1963, Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) (SILVA, 2013).

Na década de 1960, no Brasil, as ações em torno da Educação de Adultos podem ser divididas em dois momentos: antes e após o Golpe Militar de 1964. Partindo desta premissa, cabe uma breve contextualização, a fim de identificar suas influências na forma como se desenvolveu a EA. Jannuzzi (1979) atesta o confronto pedagógico entre estes dois momentos socio-históricos, que conseqüentemente marcam a predominância de duas concepções de alfabetização e educação de adultos: a primeira de caráter progressista/libertador, idealizada por Paulo Freire nas experiências de educação popular; outra que abrigava uma postura autoritária/conformadora, característica do Regime Militar.

No início da década de 1960, as manifestações da cultura popular e a revelação da criticidade das pessoas podiam ser percebidas nas ações dos Centros Populares de Cultura (CPCs) da União Nacional dos Estudantes (UNE) e no Movimento de Cultura Popular (MCP) liderado por Paulo Freire, em Recife, no Estado de Pernambuco, cuja nova metodologia de Alfabetização se generalizou chamar “Método Freireano de Alfabetização de Adultos”. Tratava-se da tentativa de uma educação problematizadora, em que “a leitura do mundo precede a leitura da palavra” (FREIRE, 1989, p. 9) e assim, daria início a um processo de conscientização, incidiria no conhecer as causas dos problemas sociais e organização social, atuando na perspectiva de superá-los (FREIRE, 2019).

Entretanto, esta tentativa de pensar a educação com valorização da cultura dos participantes e conscientizadora foi sufocada no ano de 1964 pelo Golpe Militar que deu origem à Ditadura Empresarial Militar, e, a partir de então, a educação estaria, prioritariamente, pautada na formação/instrução de mão de obra para o mercado de trabalho ou como “dever da sociedade”, reforçando a (des)responsabilização do Estado no que concerne à garantia de acesso dos cidadãos a este direito. Neste contexto autoritário, Haddad e Di Pierro (2000) relatam a criação do Movimento Brasileiro de Alfabetização – Mobral, em 1967, cujas atividades iniciaram-se a partir de 1969, com o objetivo principal de erradicar o analfabetismo no período de dez anos, desenvolvendo os Programas de Alfabetização Funcional - PAF, Educação Integrada - PEI e Educação Cultural – PEC (BRASIL, 1976).

O Mobral em São João do Jaguaribe/Ceará (1972-1979)

Com um viés mercantilizado, no decorrer de sua implementação nos municípios brasileiros, intensificaram-se ações voltadas à alfabetização de jovens e adultos, somando à escolarização de trabalhadores (SILVA, 2013). A adesão ao Programa pelos municípios aconteceu paulatinamente. Em algumas localidades - a exemplo de São João do Jaguaribe, lócus desta investigação -, o Mobral iniciou suas ações apenas entre 1971 e 1972, quando da formação de turmas no Programa de Alfabetização Funcional - PAF.

A instituição do Mobral em São João do Jaguaribe

No município de São João do Jaguaribe, segundo relato da funcionária da Comissão Municipal – COMUN, “[...] num primeiro momento, foram instalados 31 postos. Só funcionaram bem 27... Era um período de cinco meses. Depois foi para 23 postos, na reta final terminou com 19. Era assim”. A formação de turma era caracterizada pela visita às comunidades, onde os cidadãos eram convidados a fazer parte do Programa. Esta função era desenvolvida pela profissional encarregada pela mobilização, que em entrevista nos conta como era feita a formação das turmas: “Eu visitava as comunidades pra formar turma. Eu saía chamando os alunos para participar do Mobral. Dizia que era um Programa novo pra alfabetização”. A quantidade de alunos por turma, segundo ela, deveria ser: “[...] até 30 alunos na sala de aula. Eu peguei uma turma com 27 alunos registrados, mas 34 alunos assistiam aula. Aí dos 34, sete não receberam certificado”.

De acordo Albuquerque (2004, p. 46), no Mobral havia a “[...] recruta de alfabetizadores sem muita exigência: repetia-se, assim, a despreocupação com o fazer e o saber docentes – qualquer um que saiba ler e escrever pode também ensinar. Qualquer um, de qualquer forma, ganhando qualquer coisa”. Em São João do Jaguaribe, a escolha dos professores e a formação de turmas tinham como critério a indicação política:

O critério para que os professores fossem contratados era a indicação. [...] Diziam assim: “não, não é pra ser pessoas formadas” ou “coloca aquele ali, que ele vai conseguir muito voto”. Eu via que não podia levar tanto conhecimento, até porque era um movimento novo e as pessoas que estavam à frente não tinham uma qualificação. Mas como existia uma carência no município, era preciso recorrer a elas (Funcionária membra da Comissão Municipal do Mobral).

Como salientamos, na pesquisa de campo contou-se com a participação de três ex-professoras do Mobral, sendo duas do Programa de Alfabetização Funcional - PAF e uma do

Programa de Educação Integrada - PEI. De forma mais geral, segundo Coleti (2014), as professoras que atuavam na alfabetização de adultos não tinham formação adequada para tal. Esta tese foi confirmada neste estudo, pois como mencionado pela funcionária da Comun, a formação das professoras ficava à margem, uma vez que não era considerada como critério para a recruta de alfabetizadores(as), todavia, existia uma etapa de capacitação para atuar no Programa.

As professoras do Mobral: subjetividades, percursos e prática pedagógica

Para fins de melhor organização dos resultados, as entrevistas serão apresentadas *ipsis litteris*, observando a ordem cronológica de participação das professoras no Mobral. Assim, as primeiras professoras entrevistadas atuaram em comunidades rurais do município, em 1972 e 1974, respectivamente, e relataram um cotidiano de desafios no que concerne ao ensino e à aprendizagem naquele contexto demarcado pela interferência da política local nas atividades do Programa. Constatamos que as professoras eram indicadas pelo prefeito ou por vereadores, pois seus “pais eram eleitores deles” (Professora 1 – 65a., PAF). Outro ponto relatado pelas professoras foi a escolha pela docência, que se deu considerando a difícil condição financeira de suas famílias, sendo o magistério uma profissão acessível e casual, como testemunham:

Precisava de uma pessoa. Naquela época, era difícil encontrar uma pessoa que quisesse. E eu, com muita precisão, pois estudava, né? Aí, me convidaram. Eu vim, fiz o curso e fui ensinar (Professora 1 – 65a., PAF - Sítio Garço).

Na época, você só tinha uma opção: ser professora. Você estudava e só existia aqui o pedagógico. Como não tinha mercado de trabalho, quando você terminava o pedagógico já dava graças a Deus conseguir um contrato pra ensinar. Agora a experiência foi válida (Professora 2 – 60a., PAF - Sítio Nazária).

A docência, no contexto investigado, era uma das poucas opções de emprego e renda à classe trabalhadora no município. As professoras relatam, ainda, bastante evasão dos alunos e alunas da alfabetização, os quais abandonavam os estudos no Mobral, em virtude da exaustão após o trabalho e das dificuldades de aprendizagem. Segundo as docentes, os alunos pouco aprendiam, não dando continuidade aos estudos.

No começo, já era muito difícil. Era à luz de lamparina. Às vezes, os alunos sentavam nos bancos de madeira ou nuns pedaços de madeira. Fui ensinar depois de dois anos mais uma etapa do Mobral. Dessa vez, foi mais difícil. A

O Mobral em São João do Jaguaribe/Ceará (1972-1979)

casa tava fechada. Os alunos não se interessaram muito também não [...]. Era de noite, foi num período de inverno. [...]Tinha muitas dificuldades. As dificuldades pra mim era companhia pra mim ir, porque não tinha mais companhia pra ir pra casa quando acabasse a aula à noite. E o inverno, lembro que foi inverno forte... A gente teve noite que saía debaixo de chuva. No outro dia, nem aula tinha, sabe? Acho que não cheguei nem a terminar a etapa e entreguei. Também vinha bem pouquinho gente. Entreguei, porque não tava fazendo sucesso. Tinha noite de eu anoitecer sozinha no beijo da estrada, minha companheira era uma aluna. Naquela época também não tinha luz, era só um farol mesmo. Luz de lamparina. Tinha energia não (Professora 1 – 65a., PAF).

Marca este primeiro contato com as professoras a reflexão sobre a precarização do acesso, da formação e da infraestrutura da educação de adultos no Mobral, cujos desafios impactaram de forma direta na condução das atividades, perspectiva também destacada por Gomes (2012), em sua pesquisa desenvolvida com professoras do Mobral da capital cearense, Fortaleza.

Outra professora entrevistada participou de atividades desenvolvidas na zona urbana do município em 1978-1979. Seu ingresso na educação também se deu devido à difícil condição financeira da família, no entanto, sem interferência da política local em sua indicação, bem como na sua atuação. Segundo seu relato, enfrentou poucos desafios, tendo em vista que trabalhava em uma escola da zona urbana, estruturada e adequada para receber os alunos. O público com quem desenvolveu a escolarização era composto por trabalhadores, no entanto, a evasão foi menos acentuada e alguns alunos prosseguiram os estudos no Programa de Educação Integrada, chegando a concluir os ensinos de 1º e 2º graus. De acordo com a professora:

Se comparar a condição, mesmo com toda pobreza da cidade pra zona rural, vemos que na cidade a classe funcionava no colégio com energia. Já na zona rural funcionava assim, como eu já soube conversando com alguém, começou com a lamparina e depois conseguiram o lampião... E na cidade não, funcionava no colégio, tinha as carteiras, tinha água. A condição da cidade pra muita gente era melhor (Professora 3 – 60a., PEI).

Vimos, pelos depoimentos, disparidades entre os contextos rurais e urbanos e uma implementação das salas sem preparação de infraestrutura nas zonas rurais. Tais disparidades influenciavam na permanência de alunos e alunas, mas também de professoras nas atividades do Programa. Todavia, esse distanciamento não significou, necessariamente, afastar-se da docência. A experiência no Mobral foi determinante para a escolha pelo

magistério. Todas as professoras revelaram a continuidade no exercício da docência, mas a partir de então, apenas na educação regular, vindo posteriormente a concluir as licenciaturas em nível superior e fazer parte do quadro de pessoal permanente da prefeitura municipal.

Ainda no aspecto comparativo entre as duas experiências, precisamos considerar o contexto histórico, uma vez que a dialética nos impõe esta reflexão: as professoras das turmas de alfabetização funcional desenvolveram suas atividades nos primeiros anos de atuação do Programa em São João do Jaguaribe (1972 a 1975); já as atividades da Educação Integrada apenas em 1978-1979. Assim sendo, a diferença de quase oito anos, de uma ação para a outra, também é um fator a ser considerado, já que as professoras da zona rural trabalharam na implantação do Programa no município, a outra, contudo, acompanhou o andamento das atividades. Portanto, infere-se que no decorrer dos anos as atividades tenham sido aprimoradas, em decorrência das experiências passadas.

No que tange à autonomia na prática pedagógica, as orientações repassadas pelo Mobral Central evidenciavam a estrutura engessada e vertical do Programa, o que fica mais evidente no discurso de uma das funcionárias da Comissão Estadual do Mobral, a qual afirmou que a formação das professoras deveria seguir tal determinação:

Os coronéis eram extremamente obedientes ao Mobral Central. Então, a relação de poder dentro da coordenação era muito verticalizada e a gente realmente não tinha espaço para questionar. Nós chegamos a ter a doutora Lirisse Porto como coordenadora. Eu lembro que ela era um verdadeiro sargento, que ela impunha. Ela gritava quando a gente queria mudar as coisas. Bom, eu ouvi várias vezes o meu nome: 'A senhora está tomando iniciativas que contrariam as orientações do Mobral Central, entendeu?'. Mas a depender do formador (a teoria das brechas, né?), já se tinha brechas para se questionar o modus operandi do Mobral (Técnica 1 – Comissão Estadual do Mobral).

No entanto, a referida técnica complementa que em virtude de sua visão de mundo e formação sociológica, sentia necessidade de tratar os conteúdos do processo formativo das professoras de forma crítica. Assim o fazia, quando tinha oportunidade, a partir do que então considerava “teoria das brechas”. Na perspectiva do materialismo histórico-dialético, as “brechas” revelam as contradições presentes na realidade social (FREITAS, 2007). Este depoimento denota as possibilidades de resistência e criticidade, mesmo em momentos improváveis. Todavia, aconteceram tensões em função de sua visão crítica, por vezes tendo

O Mobral em São João do Jaguaribe/Ceará (1972-1979)

sido reprimida em sua prática. Como essas tensões reverberaram na docência em sala de aula?

Assim, a questão da autonomia foi levada à discussão pelas professoras entrevistadas, as quais afirmaram existir autonomia na escolha de outros materiais, desde que não deixassem de trabalhar de acordo com as orientações do Mobral Central. Reiteraram ainda que não foram vítimas de repressão por parte dos membros da Comissão Municipal do Programa e que as visitas das supervisoras não exprimiam um caráter repressivo: tratava-se de um momento em que a Comissão Municipal buscava a aproximação com docentes e discentes, acompanhando avanços e desafios no que concerne à prática pedagógica.

Entretanto, a professora 3, que atuou na Educação Integrada, fez uma ressalva: “Pelo menos, não comigo”. Desta forma, como o estudo não permite generalizações, não se descartou a hipótese de comprometimento da autonomia docente no Mobral, uma vez que segundo Gomes (2012), as professoras do Programa de Alfabetização Funcional, em Fortaleza, eram constantemente vigiadas em sua prática pedagógica. Ou seja, a depender da região e da proximidade entre professoras e supervisoras do Mobral, havia relativa possibilidade de autonomia na escolha de materiais, no entanto, nunca desviado da lógica reprodutivista do Programa.

A experiência acompanhada permitiu concluir que não havia um controle totalitário do trabalho docente. Por outro lado, o controle se dava ideologicamente, através da censura e das informações acerca da realidade do país, as quais não eram veiculadas no município, ao mesmo tempo em que o civismo levava a uma concepção ufanista do Regime Militar (ALMEIDA, 2017; SANTOS, 2014).

Indagadas sobre as representações acerca do Regime Militar, comentaram que este foi um momento muito “duro” da história do nosso país e, segundo a professora 3, “não queria que voltasse”. No entanto, a professora 1 afirma que naquele momento a população não tinha esta dimensão; assim, não sabiam que se tratava de uma Ditadura Empresarial Militar. Isto é representativo, pois naquele contexto a escassez de informações dificultava a tomada de consciência sobre a realidade vivenciada. Já a professora 2 comenta que naquele momento não havia televisão nas casas daquela cidade: “Quando muito, tinha a Televisão na praça para assistir à novela”, afirma.

Esta é uma das características do Estado de exceção, apresentar a ideologia de uma “sociedade harmônica”. Essa concepção se aproxima do que Freire indica como uma “consciência mágica” que, em relação aos fatos, “[...] simplesmente os capta, emprestando-lhes um poder superior, que a domina de fora e a que tem, por isso mesmo, de submeter-se com docilidade” (FREIRE, 2019b, p. 138-139). A perseguição só se daria àqueles que, ao se perceberem oprimidos, se rebelassem contra a violação de direitos.

Esse estado de inércia pode ser alterado, pelo que ele identifica como a “consciência crítica” designada como “[...] a representação das coisas e dos fatos como se dão na existência empírica. Nas suas correlações causais e circunstanciais” (FREIRE, 2019a, p. 138). Dessa forma, a constituição de uma concepção crítica requisita um processo educativo-reflexivo para o estabelecimento dessas conexões causais profundas entre os fatos sociais, políticos e econômicos. A Ditadura Empresarial Militar teve como mister interromper projetos educativos com essa perspectiva e impedir que outros se estabelecessem, como no caso do Mobral.

Bosi (2015) nos oferece subsídios para o entendimento da memória como construção. Nesta ideia, entende-se que as narrativas dos indivíduos e suas memórias individuais foram formadas, transformadas e/ou enriquecidas sob influência das memórias coletivas advindas dos seus grupos de origem ou dos quais fazem parte. Reiterando a ideia de memória como comunicação entre presente e passado, culminando na releitura do último, em virtude das experiências vividas, como bem assevera Catroga (2001), percebemos o quão representativas são as falas das professoras, que durante sua prática pedagógica não haviam sido instigadas a pensar sobre o Regime Empresarial Militar, quer pelas poucas informações acessíveis, quer por uma ação repressora anterior, com a censura nos meios de comunicação e até nos livros didáticos, bem como devido à repressão à organização da classe trabalhadora. Todavia, munidas de conhecimento de mundo, trajetórias acadêmicas e vivências em partidos políticos no município, puderam reinterpretar a experiência no Mobral, de forma crítica e reflexiva, por exemplo, quanto ao civismo.

A experiência do passado também apresenta elementos para se pensar e comunicar-se com o presente e sobre definir-se trajetórias que possam evitar um projeto educativo que sabota a consciência crítica e fortalece um projeto de alienação. Na atualidade brasileira, a

O Mobral em São João do Jaguaribe/Ceará (1972-1979)

partir do governo do Presidente Jair Bolsonaro (2019-), muitas são as investidas contra processos educativos que propõem a formação crítica dos e das educandos e educandas. Notadamente, o Projeto Escola Sem Partido, apresentado e apoiado pela base governista na Câmara Federal, em 2019, tentou reeditar ações de censura à autonomia docente e ainda vetar disciplinas como a Filosofia, Sociologia, História e Arte. Mendes *et al.* (2020) analisam as consequências nefastas desse Projeto antidemocrático e denotam que governos conservadores, como no Brasil e Inglaterra, na contemporaneidade, têm ampliado processos de alienação na educação, de formas diversas, ao implementar uma agenda ultraneoliberal, e, no caso brasileiro, de caráter protofascista (FONTES, 2019).

O Mobral e as dinâmicas extra-sala

Um ponto revelador do período de realização do Programa foi o "civismo", expresso pelas manifestações de "amor à pátria", comuns no Regime Militar. O material imagético fornecido pela supervisora de área mostra momentos em que os alunos eram levados a participar dos chamados "momentos cívicos".

Figuras 1 – Desfile Cívico (1973)



Fonte: Almeida (2017).

Nas imagens, é perceptível a tentativa de "recrutamento" do Mobral e de seus integrantes a levantar a bandeira do civismo. Além destas iniciativas de caráter ufanista, foram organizados, ainda, eventos que reuniam a população na praça da cidade, para que fossem apresentadas as ações e os resultados alcançados pelo Programa. Estes eventos eram, em sua maioria, organizados por alunos, professores e outros envolvidos com o Programa.

Figura 2 – Artesanato produzido pelos alunos do Programa de Alfabetização Funcional



Fonte: Almeida (2017).

Figura 3 – Concurso de Mais Bela Monitora



Fonte: Almeida (2017)

No campo cultural, o Mobral, a partir da iniciativa de professoras e supervisoras, chegou a dinamizar as cidades do Nordeste (SILVA, 2021). Em São João do Jaguaribe, realizavam-se shows de calouros, concursos de beleza, teatro de fantoches, bem como as feiras de artesanatos elaborados pelos educandos, cujos produtos resultantes eram vendidos e o dinheiro arrecadado revertia-se em material de consumo para as atividades de alfabetização. Existia também a biblioteca ambulante (MOBRALTECA). Entretanto, não se

O Mobral em São João do Jaguaribe/Ceará (1972-1979)

constatou iniciativas que levassem a uma reflexão crítica do momento político e da realidade brasileira.

A tortuosa escolarização na EJA e entre os Educandos do Mobral

No que concerne aos alunos e alunas, estes demonstram que o fator trabalho fora responsável pela não permanência na escola no tempo regular, somando-se às dificuldades de acesso à escola. Todavia, cabe ressaltar que as condições sociais e econômicas de suas famílias os levaram muito cedo ao mundo do trabalho. Ou seja, numa realidade social e econômica justa, com políticas de apoio à agricultura familiar, poderiam ter frequentado e permanecido na escola desde a infância.

Relatos ainda deram conta do preconceito contra o analfabeto, manifestado na utilização do termo “Mobral” como designação para a pessoa que se encontrava em situação de analfabetismo, ficando mais evidente no depoimento de uma ex-aluna, cuja autoafirmação é: “Eu era Mobral”. A fala carrega o estigma e o preconceito introjetado pela própria educanda (GALVÃO; DI PIERRO, 2007).

Das entrevistadas, duas relataram ter concluído os estudos em 1º ou 2º grau, recebendo habilitação para o magistério e, mesmo sem seguirem a carreira docente, salientam a importância da escolarização em suas vidas. Embora o Mobral não tenha atingido as metas iniciais, o fato de muitos alunos aprenderem a assinar o nome representou para estes uma mudança de identidade social, distinguindo-os da situação de analfabetismo em que se usa o dedo para identificação pessoal. Carvalho (2006) afirma que a assinatura do nome, embora não possa ser considerada como apreensão da decifração dos signos da leitura e escrita, representa muito para os alfabetizados e alfabetizadas, posto que encerra um sentido ontológico, de novas identidades em construção.

A continuidade da escolarização também teve condicionantes geográficos, pois:

[...] os alunos da zona rural não tiveram a oportunidade de prosseguir nos estudos, tendo em vista a não composição de turmas que contemplassem a formação continuada dos egressos do Programa de Alfabetização Funcional - PAF, diferentemente do que acontecia na zona urbana, onde até 1980 havia turmas de Educação Integrada. Neste sentido, constata-se que o trabalho desenvolvido pelo MOBREAL na zona rural de São João do Jaguaribe era voltado principalmente à formação de eleitorado, não dando a estes alunos oportunidades de prosseguir na escolarização (ALMEIDA; CARVALHO, 2020, p. 17).

Acrescente-se a isto, o destaque à interferência da política local nas atividades do Programa, considerada uma preocupação da supervisora de área, pois difundia a formação de eleitorado, já que os políticos do município tentavam convencer cidadãos a alfabetizarem-se para poderem ser seus eleitores.

Diante dos vários desafios enfrentados pela Comissão Municipal na formação de turmas, pelas professoras na prática pedagógica e pelos(as) alunos(as) na permanência no processo de alfabetização, o Mobral, em São João do Jaguaribe, perdia o campo de atuação e encerraria suas atividades entre 1981 e 1982. Em âmbito nacional não fora diferente. À medida que se repensava e se diversificavam as ações do Mobral, a contingência política demandava o rompimento com a estrutura arbitrária e vertical do Regime Militar, o qual se enfraquecia paulatinamente. No decorrer da década de 1980, o país já caminhava para a abertura à democracia, com a Campanha “Diretas Já!”, pelo voto universal nas eleições presidenciais, as quais impulsionaram o fim do governo dos militares em 1985 (DI PIERRO; JOIA; RIBEIRO, 2001).

Encerrava-se naquele ano a Ditadura Empresarial Militar no Brasil. O Mobral também não sobreviveria à nova ordem, concluindo suas atividades no mesmo ano e sendo substituído pela Fundação Educar, que fomentava ações na EJA.

Conclusão

No longo período em que vigorou o Programa (1969-1985) aconteceram mudanças organizativas, pedagógicas e desdobramentos, os quais revelaram que, em âmbito nacional, o Mobral não foi apenas um projeto de alfabetização de adultos. A depender da região, houve a possibilidade de continuidade de escolarização no PEI, de cursos de profissionalização para os jovens e adultos, de inserção da alfabetização das crianças (CARVALHO, 2010), ou seja, não se pode ter a visão do Mobral restrita à alfabetização de adultos, referência comumente encontrada. Este fato, embora instigue e amplie a percepção sobre o Programa, também impele a refletir sobre o aparelhamento promovido pelo Regime Empresarial Militar através do Mobral em diversos níveis e modalidades de ensino.

Ao refletirmos sobre a questão da autonomia das professoras na prática pedagógica dos Programas de Alfabetização Funcional - PAF e de Educação Integrada - PEI, identificamos que as docentes recebiam orientações sobre como alfabetizar o adulto e

O Mobral em São João do Jaguaribe/Ceará (1972-1979)

sobre os conteúdos a serem ministrados no processo. Havia autonomia relativa para acrescentar materiais às aulas, mas sempre seguindo a cartilha do Mobral. Logo, se por um lado não havia um controle totalitário do trabalho docente no universo investigado, por outro lado, isto se dava ideologicamente, na censura às informações acerca da realidade do país, não veiculadas no município, ao mesmo tempo em que o civismo levava a uma concepção ufanista do Regime Militar.

O ideário destes sertanejos esbarrou na realidade adversa, pois após a experiência do Mobral, grande maioria dos educandos não mais frequentou a sala de aula. Este dado diz muito sobre os desafios da escolarização de adultos, pois em muitos casos compõem as trajetórias dos educandos, experiências de negação do acesso e da permanência no processo de escolarização, as quais repercutem de forma direta no abandono escolar ou na não sucessão dos estudos. Estes achados também confrontam as estatísticas apresentadas numa narrativa exitosa pelos mentores do Programa, que nos anos finais de sua execução atestam o êxito nas taxas de alfabetização funcional, as quais, contraditoriamente, não caracterizaram uma política de Estado para a Educação de Adultos.

Apesar de não atingir as metas inicialmente previstas para a alfabetização de adultos e das controvérsias, o Mobral ostentou a redução das taxas de analfabetismo entre pessoas de 15 anos ou mais, envolvendo aos poucos outros grupos como jovens e até crianças. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010), no que concerne aos percentuais de pessoas nesta faixa etária que se encontravam em situação de analfabetismo, observa-se que houve um decréscimo: em 1960, 39,6% da população era considerada analfabeta absoluta, o equivalente a 15.964.852 pessoas; em 1970, embora crescesse o valor absoluto, de 18.146.977, houve a redução do valor relativo para 33,6% da população nesta faixa etária. Este percentual reduziu-se consideravelmente na década de 1980, quando se tem o índice de 25,5% da população com 15 anos ou mais, equivalente a 18.716.847 pessoas. No entanto, ao observarmos os números absolutos, vemos que entre 1970 e 1980, houve um aumento no quantitativo de pessoas em situação de analfabetismo, dado que pode ser analisado em pesquisas futuras acerca do alcance e resultados do Programa.

Do ponto de vista pedagógico, houve um retrocesso em relação às metodologias inovadoras das experiências de educação popular, do final da década de 1950 até 1964,

vindo o Mobral a expressar uma política do Governo Empresarial Militar para a educação de jovens e adultos. Do ponto de vista organizacional, o financiamento destinado ao Programa, oriundo da Loteria, a produção de material didático, as metas estipuladas, a estrutura organizativa no âmbito federal, situada no Ministério da Educação, e nos estadual e municipal envolvendo as respectivas Secretarias, evidenciam que neste período a educação de jovens e adultos teve um aporte mais efetivo que em períodos posteriores à ditadura, como nos governos dos presidentes Fernando Collor de Melo (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1994).

Embora no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) tenham existido alguns Programas expressivos para a EJA, como o Programa Alfabetização Solidária, Programa Recomeço, Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária e Programa de profissionalização com recursos oriundos do Fundo de Apoio ao Trabalhador - FAT, nenhum deles foi de iniciativa do Ministério da Educação - MEC. Somente nos governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006/2007-2010), a EJA é reintegrada ao MEC, com retomada de vários Programas para a modalidade, perspectiva que continuou nos Governos da Presidenta Dilma Roussef (2011-2014/2015-2016), embora mais enfraquecidos em termos de financiamento e política.

Esta digressão histórica nos mostra o quão podem ser inconstantes as políticas educacionais no campo da EJA, fragilizando o direito constitucional à educação, mais uma vez ameaçadas em vista às reformas educativas implementadas no Governo do presidente Michel Temer, iniciado em 2016, a partir de um Golpe parlamentar-institucional que depôs a Presidenta Dilma Roussef e acentuadas no governo de caráter protofascista de Jair Messias Bolsonaro (2019-).

Referências

ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de (Org.). **A alfabetização de jovens e adultos em uma perspectiva de letramento**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

ALMEIDA, João Paulo Guerreiro de Almeida. **Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBREAL: memórias e práticas pedagógicas no município de São João do Jaguaribe/CE (1972-1979)**. 2017. 139f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Ceará, Limoeiro do Norte, 2017.

O Mobral em São João do Jaguaribe/Ceará (1972-1979)

ALMEIDA, João Paulo Guerreiro de; CARVALHO, Sandra Maria Gadelha de. As repercussões do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) nas vidas de educandos: idas e vindas de suas trajetórias escolares. **Research, Society and Development**. [S. l.], v. 9, n. 8, p. e874986347, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i8.6347. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/6347>. Acesso em: 2 abr. 2021.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. 18 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. FUNDAÇÃO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO. **Relatório Soletre MOBRAL e leia Brasil: Sete anos de luta pela alfabetização**. Rio de Janeiro: MEC, 1976.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei n. 9.394, de 1996**, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e legislação correlata.

CARVALHO, Ana Maria Orlandina Tancredi. O Surgimento de uma Política Pública. **Revista Cocar**, Belém, v. 4, n.8, p. 49-56, set./nov., 2010.

CARVALHO, Sandra Maria Gadelha de. **Educação do Campo: PRONERA**, uma política em construção. 2006. 226f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006. Disponível em: <https://goo.gl/c5cxge>. Acesso em: 11 fev. 2016.

CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Coimbra, Quarteto, 2001.

COLETI, Laura Maria Baron. Do MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) aos Programas de EJA (Educação de Jovens e Adultos) atuais: Evolução ou manutenção das práticas pedagógicas? In: JORNADA NO NÚCLEO DE ENSINO DE MARÍLIA, 8., 2009. Marília. **Anais eletrônicos...** Marília: UNIVERSIDADE DE MARÍLIA, 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/ss5Uvh>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

DI PIERRO, Maria Clara; JOIA, Orlando; RIBEIRO, Vera Masagão. Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. **Cadernos Cedes**. Campinas, SP, v. 21, n. 55, p. 58-77, dez., 2001.

FONTES, Virgínia. O núcleo central do governo Bolsonaro: o protofascismo. **Esquerda online**, 11 jan. 2019. Disponível em: <<https://racismoambiental.net.br/2019/01/11/o-nucleo-central-do-governo-bolsonaro-o-proto-fascismo-por-virginia-fontes/>>. Acesso em: 04 out. 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 69. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019a.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. 45. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019b.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. 23. ed. São Paulo: Autores Associados/Cortez Editora, 1989.

FREITAS, Luiz Carlos de. Materialismo Histórico-Dialético: pontos e contrapontos. **Cadernos do ITERRA**, Campinas, SP, v. 7, n. 14, p. 56-78, dez., 2007.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; PIERRO, Maria Clara Di. **Preconceito contra o analfabeto**. São Paulo: Cortez, 2007.

GOMES, Luciana Kellen de Souza. **Memórias de professoras alfabetizadoras do MOBRAL em Fortaleza**. 2012. 111f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira)- Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 14, p. 108-130, maio/ago., 2000.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 maio 2021.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. **Confronto pedagógico: Paulo Freire e MOBRAL**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5. ed. Campinas/SP: Editora Unicamp, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MENDES, COSTA, THEMELIS, CARVALHO. From Alienation to Solidarity: Educational Perspectives and Possibilities in Brazil and the UK. **Beijing International Review of Education**, v. 2 (2020) p. 571-589. Disponível em: <https://brill.com/view/journals/bire/2/4/article-p571_571.xml?language=en>. Acesso em: 20 de mar. 2021.

PAIVA, Jane. **Educação de jovens e adultos: direitos, concepções e sentidos**. 2005. 482f. Tese (Doutorado em Educação)- Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2005.

SANTOS, Leide Rodrigues dos. MOBRAL: a representação ideológica do Regime Militar nas entrelinhas da alfabetização de jovens e adultos. **Revista Crítica Histórica**. Ano V, n. 10, dez., 2014.

SILVA, Jailson Costa da. Memórias do Mobral Cultural (1973-1985): imagens e vozes do povo sertanejo. **Educação Unisinos**. v. 25, mar., 2021.

SILVA, Jailson Costa da. **O MOBRAL no sertão alagoano: das histórias e memórias às sínteses possíveis após quatro décadas**. 2013. 153f. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2013. UECE. **Resolução Nº 784/2011 - CONSU**. Aprova o regimento do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 2011.

Notas

ⁱ O município de São João do Jaguaribe está localizado na região do Vale do Jaguaribe – Ceará, onde se situam as Instituições de Ensino Superior (IES) em que os autores trabalham. O referido município foi criado em 1957, a partir da Lei 3813, e conta com uma população total de 7.900 habitantes, distribuídos nas zonas rural e urbana (IBGE, 2010).

ⁱⁱ As fontes bibliográficas que analisam as concepções de Educação de Jovens e Adultos no Brasil, em uma perspectiva histórica, ainda são bastante escassas. Em nosso estudo, trouxemos referências basilares para a história da EJA no Brasil, de 1960 a 2000, cujos escritos, por vezes, não tiveram novas edições. Isto justifica a sua utilização para fundamentar a contextualização sobre as ações do Mobral. Ao articular as categorias memória e EJA, buscamos apresentar experiências locais de campanhas, iniciativas e Programas voltados a esta modalidade de ensino, contados a partir dos sujeitos que as vivenciaram e refletidas à luz dos autores mencionados e demais que contribuam para a análise.

ⁱⁱⁱ Denominados assim, por serem as pessoas que indicaram fontes para a pesquisa. Por se tratar de um município de pequeno porte, o contato se deu a partir da indicação de conhecidos e/ou mediante publicações realizadas em grupos da rede social *facebook* que tratam da memória municipal. Estas estratégias foram imprescindíveis para reunirmos as fontes necessárias ao desenvolvimento da pesquisa.

^{iv} O projeto de pesquisa foi submetido a uma banca avaliadora do trabalho, instituída pela Coordenação do Programa de Pós-Graduação, antes da pesquisa empírica, observando-se todos os cuidados éticos e de integridade física dos informantes. Dado que o Comitê de Ética da Universidade (UECE, 2011) se pauta na Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde (CNS/MS), não foi requerida, à época, a submissão do projeto, como requisito para o desenvolvimento da pesquisa.

Sobre os autores:

João Paulo Guerreiro de Almeida

Doutorando em Educação pela UFPB. Pedagogo e Mestre em Educação pela UECE. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE *campus* Limoeiro do Norte.

E-mail: joapaulo.guerreiro@ifce.edu.br / Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3055-8182>

Sandra Maria Gadelha de Carvalho

Doutora e Mestra em Educação pela UFC. Graduada em Serviço Social pela UECE. Professora do curso de Pedagogia e do Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino, da UECE. Pós Doc na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS/Paris), com bolsa do CNPq, sob a Supervisão de Michael Löwy.

E-mail: sandra.gadelha@uece.br / Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0759-2788>

Recebido em: 03/04/2021

Aceito para publicação em: 03/05/2021